

Entrevista ■ WILMAR SILVA

Mineiro de Santo Antônio do Monte, o agrônomo Wilmar Silva saiu da presidência da Emater para assumir a Secretaria de Agricultura ainda durante a gestão da ex-governadora Maria de Lourdes Abadia (PSDB), em 2006. Passou apenas quatro meses na pasta e largou para coordenar, na área rural, a campanha do governador José Roberto Arruda nas últimas eleições. Ganhou como prêmio uma segunda oportunidade para comandar a pasta da Agricultura.

Como foi o convite para assumir a Secretaria de Agricultura?

Eu assumi a secretaria em abril do ano passado, mas saí, por uma incompatibilização. Tinha um compromisso com o governador Arruda há dois anos, para coordenar sua campanha na área rural. O governador gostou do meu trabalho, avaliou o histórico da minha atuação na área e me convidou, em dezembro.

Em que situação o senhor encontrou a Secretaria? Quais as metas a alcançar?

Vimos retomar a Secretaria para o seu foco: atuar na agricultura, pecuária e abastecimento do DF. A secretaria começou a se desvincular deles na gestão passada, ter outros objetivos. Queremos reduzir a despesa de custo do Executivo e direcionar os recursos para atividades-fim.

Para que recolocar a Secretaria no seu principal foco, o que foi preciso fazer?

— A primeira coisa foi reestruturar a Secretaria. Reduzimos os cargos comissionados de 290 para 150. Além disso determinamos quatro linhas de ação para a secretaria. Temos três subsecretarias. A de Administração Fundiária tem importância grande, dadas as condições do Distrito Federal. O maior número de parcelamentos ocorre na área Rural, como Arniqueiras, Vicente Pires e Águas Claras. Temos também a Subsecretaria de Desenvolvimento do Espaço Rural, pois funcionamos como uma prefeitura da área rural, porta de entrada dos serviços públicos da área rural. E a Subsecretaria de Defesa Sanitária é o nosso foco. Em alguns outros Estados ela tem até perfil de agência. Criamos essa subsecretaria porque, no mundo moderno, não se consegue colocar barreiras fiscais quando se quer exportar produtos de um Estado para o outro, ou de um país para outro. Você coloca barreiras sanitárias. No Distrito Federal, a questão da defesa sanitária nunca foi analisada com tanto rigor. Queremos fazer do Distrito Federal uma referência nacional na questão da defesa sanitária — animal e vegetal. Por exemplo, o último caso de febre aftosa que ocorreu no Distrito Federal foi em 1994, de um animal que veio de outro Estado. Isso permite que possamos chegar até ao credenciamento de unidade livre de aftosa sem vacinação. Se conseguirmos esse status, todos os nossos frigoríficos estarão habilitados a exportar para qualquer país do mundo.

E a avicultura, em que o DF tem papel importante?

A avicultura hoje é uma questão de segurança internacional, já que a carne de frango está na mesa de consumidores do mundo todo. E com a vantagem competitiva, o Brasil é o maior produtor e exportador de frango, tem a melhor avicultura do mundo, genética e de resultados. E nós podemos assumir mercados que estão ávidos pelo abastecimento de frango. Se considerarmos o Distrito Federal como um município, nós seríamos o maior município do Brasil em avicultura.

Qual é a produção de frango do Distrito Federal?

— Temos algo em torno de 15 milhões de aves no Distrito Federal. Não corremos risco de aves infectadas por doenças, como a

Rafania Almeida

O que se faz na agricultura no Distrito Federal é uma caixa de ressonância para o resto do Brasil: nós somos uma vitrine. Quem garante é o secretário de Agricultura, Wilmar Silva, que já ocupou o cargo no governo de Maria de Lourdes Abadia e foi convidado pelo José Roberto Arruda a permanecer à frente da pasta. Ligado ao deputado distrital Pedro Passos, do PMDB, Wilmar chegou a ter sua substituição cogitada diante do desgaste político do aliado, preso na *Operação Navalha*, sob a acusação de aprovado emendas ao orçamento do DF em favor da Construtora

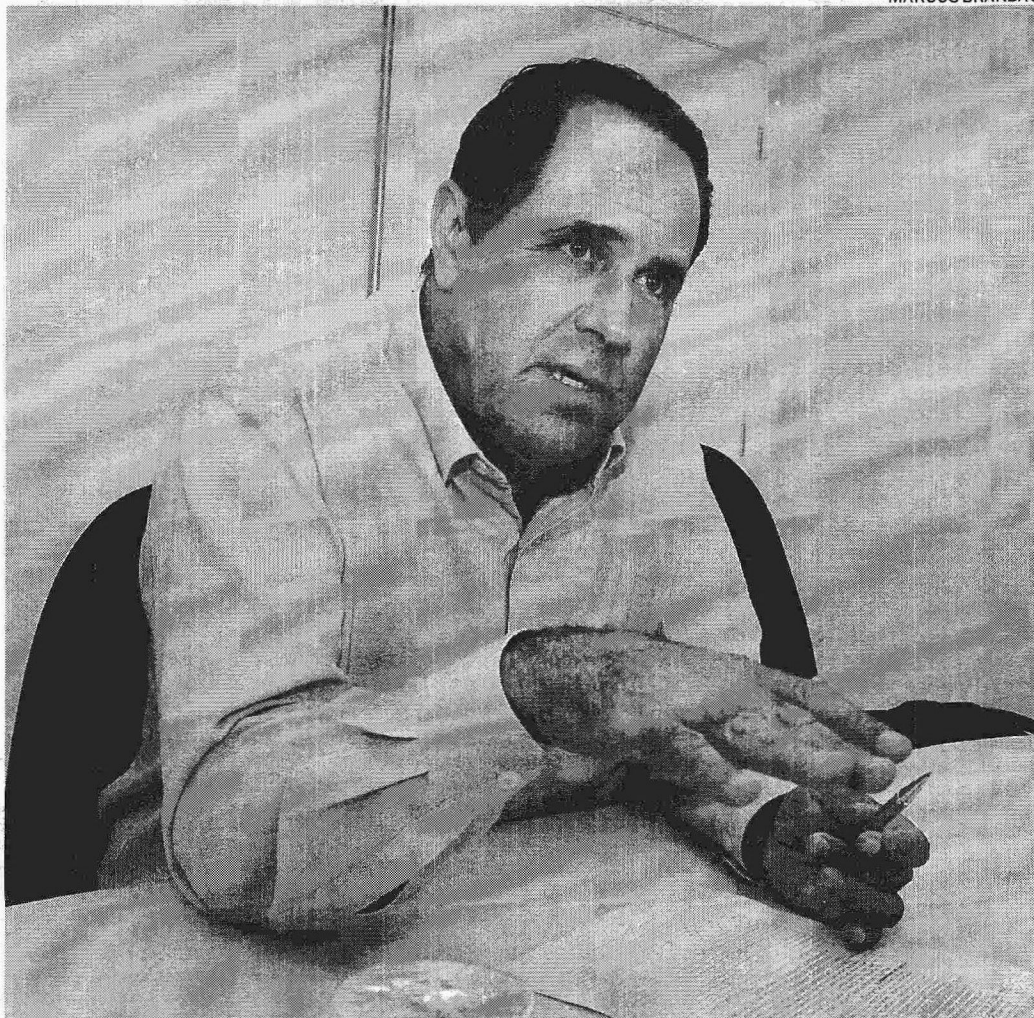
Gautama em troca de propina. O secretário permaneceu no cargo. Hoje, mostra a importância da agricultura do Distrito Federal, que tem na avicultura um dos principais pólos de produção. Sua ênfase maior, porém, é na qualidade da tecnologia usada na produção agrícola da capital da República, apesar de, proporcionalmente, o setor ter pouco peso em sua economia, ainda dominada pela administração pública e pelo setor de serviços.

— Para ter uma idéia, a média nacional de produtividade de feijão colhida em um hectare, é de 900 kg. No Distrito Federal estamos fechando três toneladas por hectare. A mé-

dia nacional e a média americana de soja é de 2.500 quilos por hectare e aqui estamos fechando com 3.100 quilos por hectare, de média. Hoje, temos a melhor genética de agricultura no Distrito Federal. Em tudo o que vai se fazer no Brasil, normalmente o Ministério da Agricultura procura um parceiro no Distrito Federal — afirma Wilmar.

Funcionário da Emater desde 1985, o secretário acha que esta é sua grande oportunidade. Diz que os quatro meses que passou à frente da pasta, ano passado, serviram apenas para avaliar a situação, já que não tinha orçamento e nem tempo para solucionar os problemas. Esta é a hora de mostrar serviço.

MARCOS BRANDÃO



“Se conseguirmos o credenciamento de unidade livre de aftosa sem vacinação todos os nossos frigoríficos estarão habilitados a exportar carne do DF para qualquer país do mundo.

gripe aviária, entrar no país. Mas precisamos ter vigilância forte e atuante no aeroporto, por causa de restos de alimentos. A avicultura é o maior PIB agrícola do Distrito Federal. O Ministério da Agricultura implantou o sistema de regionalização. Ou seja, nós vamos formar regiões dentro do Brasil e essas regiões vão ser tratadas distintamente. Por exemplo, se ocorrer um caso de doença, como ocorreu no Paraná, só aquele Estado fica impedido de exportar e não o Brasil como um todo. Nós vamos ter a classificação de sanidade avícola — A, B, C e D. O D é o pior, a aquele que não tem trabalho nenhum na questão sanitária. O C é melhor. O A significa referência internacional, você pode exportar para onde você quiser. O B também já dá esse acesso. Para chegarmos a B precisamos ter veterinários especialistas em agricultura no quadro efetivo da secretaria. Então temos que caminhar para fazer esse concurso para suprir essas exigências.

“Hoje não temos mais cerrado para desmatar, o foco agora é preservar as reservas legais, as nossas reservas permanentes e matas ciliares, além de fomentar atividades.

No ano passado teve o fechamento de vários estabelecimentos e apreensão de muita carne clandestina. Como controlar isso, já que o Distrito Federal é uma unidade dentro do Estado de Goiás?

— Vamos implantar barreiras nas principais vias de entrada. O governador José Roberto Arruda já autorizou a construção de mais duas barreiras e vamos ter, portanto, sete barreiras de fiscalização fixas nos pontos de entrada do Distrito Federal. Vamos implantar quatro ou cinco patrulhas volantes com viaturas. Então, vamos fechar todas as entradas. Outra coisa é fazer parcerias com outros estabelecimentos. Em lugar nenhum do mundo funciona se não houver parceria entre o Estado e a sociedade civil. Os principais frigoríficos do DF são pessoas interessadas em que a questão da defesa seja exigida e fiscalizada. O frigorífico já é fiscalizado diuturnamente. Isso aumenta o seu custo. Então os frigoríficos têm interesse de que a carne clandestina seja apreendida, porque ela concorre em condições de desigualdade.

“O que se faz na agricultura no Distrito Federal é uma caixa de ressonância para o resto do Brasil. Nós somos uma vitrine. Temos aqui conosco a melhor genética de agricultura do país.

de. Quando você tem um frigorífico que tem o SIF, que o Sistema de Inspeção Fiscal. O SIF só é emitido pelo Ministério da Agricultura. Dentro do frigorífico tem um fiscal do Ministério da Agricultura diuturnamente.

O senhor sabe quanto será investido nessas novas barreiras?

— O governador já assinou algumas autorizações para isso. Assinou uma ordem de serviço para a ampliação do nosso hospital veterinário, de R\$ 148 mil, em parceria com a UnB. Reforma do nosso laboratório de tecnologia, R\$ 250 mil, R\$ 250 mil para reforma das cinco barreiras existentes e construção de mais duas. Para as barreiras móveis, que serão cinco viaturas e mais um caminhão para as apreensões, estamos buscando recursos em parceria junto ao Ministério da Agricultura. Estamos levando para o governo assinar uma ordem de serviço autorizando a criação da carreira de fiscais da Secretaria de Agricultura, que tem que passar pela Câmara Distrital. Temos

também que criar o Fundo de Defesa, que tem uma parte de recursos do Estado, que é mínima, e depois ele se auto-sustenta, porque quando você vai transportar um animal, você emite uma guia de transporte animal (GTA), que é cobrada e o dinheiro vai para o fundo. Quando você vai carregar um caminhão de frutas daqui para outro Estado, você emite uma guia de transportes de produto vegetal (GTV) e a taxa que é cobrada também vai para esse fundo. A arrecadação com multas que são emitidas para quem não vacina animais contra a febre aftosa, também vai para esse fundo. Para que esse fundo? Se ocorrer algum caso, todas as aves, num raio de três quilômetros, têm de ser sacrificadas. Se o produtor tiver feito todas as vacinas ele é indenizado, caso contrário, ele arca com o prejuízo.

Em que situação o senhor encontrou a secretaria nessa sua volta?

— Quando assumi, fiz uma análise superficial. Eu já conhecia, mais ou menos, em função de estar na presidência da Emater, que é vinculada à secretaria. A Secretaria de Agricultura incorporou os funcionários da extinta Fundação Zoobotânica, que desde a inauguração de Brasília tinha como missão a abertura do cerrado — desmatamento, gradação, terraplenagem. Hoje não temos mais cerrado para desmatar, o foco agora é preservar a questão das reservas legais, reservas permanentes, matas ciliares. Hoje a função da secretaria não é mais aquelas que vieram da extinta Fundação Zoobotânica. O foco da secretaria hoje é fomentar atividades, cuidar da defesa sanitária, da fiscalização fundiária, para não deixar ocorrer parcelamentos, para não haver degradação ambiental.

A secretaria tinha alguma dificuldade que foi sanada ou ainda existem essas dificuldades?

— É preciso trabalhar a estruturação, uma menor, mais enxuta, mais ágil, com foco no resultado, que é a meta do governo.

O senhor acha que a agricultura estava desvalorizada no Distrito Federal?

— O que se faz na agricultura no Distrito Federal é uma caixa de ressonância para o resto do Brasil. Nós somos uma vitrine. Para ter uma idéia, a média nacional de produtividade de feijão que é colhida em um hectare, é de 900 kg. No Distrito Federal estamos fechando 3 toneladas por hectare. A média nacional e a média americana de soja é de 2.500 quilos por hectare e aqui estamos fechando com 3.100 quilos por hectare, de média. Hoje, temos a melhor genética de agricultura no Distrito Federal. Tudo que vai se fazer no Brasil, normalmente o Ministério da Agricultura procura um parceiro no Distrito Federal.